

Professores

Jeferson Mariano Silva (jmarianosilva@usp.br) e Rogério Arantes (rarantes@usp.br)

Ementa

O curso abordará as teorias, dados e métodos empregados na análise política de tribunais constitucionais, enfatizando a atual configuração institucional do Supremo Tribunal Federal. Partindo do pressuposto de que o Supremo é indispensável à explicação das regularidades, disputas e transformações que marcam a política brasileira, o curso pretende oferecer aos estudantes os elementos necessários para: analisar a cena política levando em consideração o papel desempenhado pelo Tribunal; elaborar diagnósticos informados pela literatura acadêmica especializada; localizar, nessa literatura, controvérsias e lacunas que justifiquem o desenvolvimento de pesquisas originais; e aprofundar os estudos sobre as fontes de dados e as técnicas metodológicas mais recorrentes.

Avaliações

As avaliações do curso visam a dois fins, nesta ordem de importância: estimular a leitura da bibliografia e criar um ambiente de debates em sala de aula. Elas consistirão em três tipos de atividade:

Participação

Nas aulas, serão propostas diversas atividades que dependerão do engajamento dos estudantes. A adesão a essas atividades valerá até 30% da nota final.

Resenha

Cada estudante deverá apresentar, até o final do curso, uma resenha crítica de ao menos quatro textos da bibliografia obrigatória. A resenha valerá até 30% da nota final e deverá ser apresentada em extensão *.pdf, fonte 12 e espaçamento 1,5, com cerca de 4 páginas. Prazo máximo: 09/01/24.

Ensaio

A qualquer momento do curso, os estudantes deverão apresentar, individualmente, um ensaio analisando os dados contidos em pelo menos uma das fontes listadas abaixo. O ensaio deverá levar em consideração textos não abordados na resenha e ser apresentado em extensão *.pdf, fonte 12, espaçamento 1,5 e aproximadamente 6 páginas. O ensaio valerá até 40% da nota final. Prazo máximo: 09/01/24.

- *Comparative Constitutions Project Dataset*
- *Relatórios do Projeto Supremo em Números*
- *Projeto História Oral do Supremo*
- Sabatinas e votações, no Senado, dos indicados para ministro do Supremo
- Votos dos ministros
- *Banco Jurisdição Constitucional no Brasil (1966-2017)*
- *Banco Ações Diretas no Supremo Tribunal Federal do Brasil (1988-2015)*
- *Índice de Confiança da Justiça Brasileira – ICJ Brasil*
- *Portal de audiências públicas do Supremo*
- *Portal de Programas e Ações do CNJ*

Contato

Os professores estão à disposição para esclarecer dúvidas por meio dos endereços de e-mail informados no início deste documento.

Apresentação

Aula 1: 08/08/23

Roteiro: 1. Compartilhamento de expectativas. 2. Histórico da disciplina. 3. Pactuação do sistema de avaliação. 2. Qual o papel do Supremo em nossa democracia?

Leituras complementares:

Mariano Silva, Jeferson. (2022), “Depois da ‘Judicialização’”. *Revista de Sociologia e Política*, 30, 15: 1-18.

Tribunais Constitucionais: instituições contramajoritárias?

Aula 2: 15/08/23

Roteiro: 1. Odisseu e as sereias. 2. Duas teses: Instituições contramajoritárias ou majoritárias? 3. Teoria dos atores com poder de veto. 4. Duas hipóteses: Poder de veto efetivo ou atores absorvidos?

Leituras obrigatórias:

Hamilton, Alexander *et al.* (1788), *O Federalista*. Editora Líder, 2003: 457-463 [cap 78].

Dahl, Robert. (1957), “Tomada de Decisões em uma Democracia”. *Revista de Direito Administrativo*, 252, 2009: 25-43.

Leituras complementares:

Homero. (séc. VIII a.C.), *Odisseia*. Editora Abril: 192-196 [Canto 12].

Tsebelis, George. (2002), *Atores com Poder de Veto*. Editora FGV, 2009.

Brouard, Sylvain & Hönnige, Christoph. (2017), “Constitutional Courts as Veto Players”. *European Journal of Political Research*, 56, 3: 529-552.

Modelos de Jurisdição Constitucional

Aula 3: 22/08/23

Roteiro: 1. A tipologia de Kelsen. 2. A tipologia de Cappelletti. 3. Tipologias contemporâneas.

Leituras obrigatórias:

Kelsen, Hans. (1942), “O Controle Judicial de Constitucionalidade”. in: *Jurisdição Constitucional*. Martins Fontes, 2003: 299-319.

Cappelletti, Mauro. (1968), *O Controle Judicial de Constitucionalidade das Leis no Direito Comparado*. Sergio Antonio Fabris Editor, 1984: 65-124.

Leituras complementares:

Alcalá, Humberto. (2006), *Justicia y Tribunales Constitucionales em América del Sur*. Palestra Editores.

Introdução ao Supremo

Aula 4: 29/08/23

Roteiro: 1. Modelo brasileiro de jurisdição constitucional. 2. Competências. 3. Classes processuais.

Leituras obrigatórias:

Arantes, Rogério. (1997), *Judiciário e Política no Brasil*. Idesp: 101-115.

Dimoulis, Dimitri & Lunardi, Soraya. (2017), *Curso de Processo Constitucional*. 5ª ed. Editora Revista dos Tribunais: 333-374.

Leituras complementares:

Falcão, Joaquim *et al.* (2011), *I Relatório Supremo em Números*. FGV Direito Rio.

Pereira, Thomaz *et al.* (2020), *VIII Relatório Supremo em Números*. FGV Direito Rio.

O Supremo: Instituição Contramajoritária?

Aula 5: 12/09/23

Roteiro: 1. Duas teses: Supremocracia ou ator absorvido? 2. Controle judicial das relações federativas.

Leituras obrigatórias

Vilhena, Oscar. (2008), “Supremocracia”. *Revista Direito GV*, 4, 2: 441-464.

Pogrebinschi, Thamy. (2011), *Judicialização ou Representação?* Elsevier: 1-60.

Leituras complementares:

Oliveira, Vanessa. (2009), “Poder Judiciário”. *Lua Nova*, 78: 223-250.

A partir da 6ª aula, o conteúdo original da disciplina e o cronograma foram ajustados de acordo com as orientações oficiais da Coordenação de Curso e a data de encerramento do semestre letivo.

Os “Supremáveis” e o Processo de Nomeação dos Ministros

Aula 6: 07/11/23

Roteiro: 1. Socialização profissional. 1.1. Conhecimento. 1.2. Valores. 1.3. Relações. 2. Trajetórias. 2.1. Profissionalização. 2.2. Diferenciação. 2.3. Heterogeneização. 3. Estratégias de ascensão profissional. 4. Modelo espacial de votação. 4.1 A influência do Presidente 4.2. A influência do Senado. 5. Outros objetivos das indicações.

Leituras obrigatórias

Santos, André Marengo & Da Ros, Luciano. (2008), “Caminhos que Levam à Corte”. *Revista de Sociologia e Política*, 16, 30: 131-149.

Fontainha, Fernando *et al.* (2023), *Os Donos do Direito*: 199-229 [cap 6].

Llanos, Mariana & Lemos, Leany. (2018), “Preferências Presidenciais?” Marona & Del Ríó (orgs.). *Justiça no Brasil às Margens da Democracia*. Arraes Editores: 275-308 [cap 11].

Türner, Cláudia & Prado, Mariana. (2009), “A Democracia e o seu Impacto nas Nomeações dos Diretores das Agências Reguladoras e Ministros do STF”. *Revista de Direito Administrativo*, 250: 27-74.

Leituras complementares:

Arantes, Rogério & Martins, Rodrigo. (2022), “Does the Before Influence the After?”. *Brazilian Political Science Review*, 16, 3: 1-38.

Cottrell, David *et al.* (2019), “The Power to Appoint”. *The Journal of Politics*, 81, 3: 1057-1068.

Arguelhes, Diego & Ribeiro, Leandro. (2010), “Indicações Presidenciais para o Supremo Tribunal Federal e seus Fins Políticos”. *Revista de Direito Administrativo*, 255: 115-143.

Onze Supremos?

Aula 7: 14/11/23

Roteiro: 1. Motivos para divergir. 1.1. Carga de trabalho. 1.2. Diversidade ideológica. 1.3. Quórum. 2. Fragmentação. 2.1. Fragmentação decisória. 2.2. Fragmentação deliberativa. 2.3. Estrutura institucional individualista. 3. Tribunal de solistas. 4. “Ministrocracia”.

Leituras obrigatórias

Mendes, Conrado. (2012), “O Projeto de uma Corte Deliberativa”. Vojvodic *et al.* (orgs.). *Jurisdição Constitucional no Brasil*. Malheiros: 53-74.

Arguelhes, Diego & Ribeiro, Leandro. (2018), “Ministrocracia”. *Novos Estudos Cebrap*, 37, 1: 13-32.

Leituras complementares:

Silva, Virgílio. (2013), “Deciding Without Deliberating”. *I Con*, 11, 3: 557-584.

Epstein, Lee *et al.* (2011), “Why (and When) Judges Dissent”. *Journal of Legal Analysis*, 3, 1: 101-137.

Coalizões Judiciais

Aula 8: 21/11/23

Roteiro: 1. Votos sinceros. 2. Sociologia dos pequenos grupos. 3. Votos estratégicos. 4. Coalizões no Supremo. 5. Mentalidade semelhante ou influência?

Leituras obrigatórias

Oliveira, Fabiana Luci de. (2017), “Quando a Corte se Divide”. *Direito & Práxis*, 8, 3: 1863-1908.

Matos, Amanda & Mariano Silva, Jeferson. (prelo), “Velhos dados, novas teses”. Arantes & Arguelhes (orgs.). *STF: Estado da Arte da Pesquisa Empírica* [título provisório].

Leituras complementares:

Bonneau, Chris *et al.* (2007), “Agenda Control, the Median Justice, and the Majority Opinion on the U.S. Supreme Court”. *American Journal of Political Science*, 51, 4: 890-905.

Martinek, Wendy. (2010), “Judges as Members of Small Groups”. Klein & Mitchell (eds.). *The Psychology of Judicial Decision Making*. Oxford University Press: 73-84.

Esteves, Luiz. (2022), *A Construção da Pauta do Supremo Tribunal Federal*. Tese (direito). USP.

Barbosa, Ana. (2020), *Decidindo (não) decidir*. Dissertação (direito). USP.

Teorias do Comportamento Judicial, Parte 1

Aula 9: 28/11/23

Roteiro: 1. Modelos de formação de preferências. 2. Modelo atitudinal. 3. Modelo colegial. 4. Modelo jurídico. 5. Modelo de separação de poderes.

Leituras obrigatórias

Oliveira, Fabiana. (2018), “Processo Decisório no Supremo Tribunal Federal”. Marona & Del Ríó (orgs.). *Justiça no Brasil às Margens da Democracia*. Arraes Editores: 251-274.

Mariano Silva, Jeferson. (2018), “Mapeando o Supremo”. *Novos Estudos Cebrap*, 37, 1: 35-54.

Leituras complementares:

George, Tracey & Weaver, Taylor. (2017). “The Role of Personal Attributes and Social Backgrounds on Judging”. Epstein & Lindquist (eds.). *The Oxford Handbook of U.S. Judicial Behavior*. Oxford University Press.

Segal, Jeffrey & Spaeth, Harold. (2002), *The Supreme Court and the Attitudinal Model Revisited*. Cambridge University Press.

Maltzman, Forrest et al. (2000), *Crafting Law on the Supreme Court*. Cambridge University Press.

Klein, David. (2017). “Law in judicial decision-making”. Epstein & Lindquist (eds.). *The Oxford Handbook of U.S. Judicial Behavior*. Oxford University Press.

Westerland, Chad. (2017). “The Strategic Analysis of Judicial Behavior and the Separation of Powers”. Epstein & Lindquist (eds.). *The Oxford Handbook of U.S. Judicial Behavior*. Oxford University Press.

Teorias do Comportamento Judicial, Parte 2

Aula 10 05/12/23

Roteiro: 1. Modelo relacional. 2. Modelo reputacional. 3. Apoio público difuso e apoio público específico. 4. Opinião pública e independência judicial. 5. Opinião pública e comportamento judicial. 6. Comportamento judicial e opinião pública. 7. Público de massas e públicos elitários.

Leituras obrigatórias

Oliveira, Fabiana. (2022), “Abordagem relacional e política judicial informal no estudo do STF”. Madeira & Marona (orgs.) *Democracia e Justiça na América Latina*: 221-249.

Mariano Silva, Jeferson. (2022), “Por que tantos votos vencidos?”. Arguelhes & Recondo (orgs.). *Marco Aurélio no Supremo*. Casa do Direito: 35-54.

Leituras complementares:

Dressel, Björn & Inoue, Tomoo. (2018), “Informal Networks and Judicial Decisions”. *International Political Science Review*, 39, 5: 616-633.

Baum, Lawrence & Devins, Neal. (2010), “Why the Supreme Court Cares about Elites, not the American People”. *The Georgetown Law Journal*, 98: 1515-1581.

Da Ros, Luciano. (2013), “Difícil Hierarquia”. *Revista Direito GV*, 9, 1: 47-64.

Oliveira, Fabiana. (2017), “Judiciário e Política no Brasil Contemporâneo”. *Dados*, 60, 4: 937-975.

Acionamento e Lobby e Controle Judicial de Políticas Públicas

Aula 11: 12/12/23

Roteiro: 1. Vias de acesso ao Supremo. 2. PGR e governadores. 3. Partidos e grupos de pressão. 4. Audiências públicas. 5. *Amici curiae*. 6. Estratégias de acesso. 7. Causas. 7.1. Constitucionalização de políticas públicas. 7.2. Ampliação do acesso à justiça. 7.3. Rede de instituições de controle. 8. Padrões de controle. 8.1. Cooperativo. 8.2. Conflitivo. 9. Controle judicial e ciclo de políticas públicas. 10. Cumprimento das decisões e comportamento judicial. 11. O caso do controle judicial das políticas públicas de saúde.

Leituras obrigatórias

Bogéa, Daniel. (2021), *Partidos políticos e STF*. Appris: 132-167.

Guimarães, Lívia. (2020), “Participação Social no STF”. *Direito & Práxis*, 11, 1: 236-271.

Oliveira, Vanessa. (2019), “Apresentação”. Oliveira (org.). *Judicialização de Políticas Públicas no Brasil*. Editora Fiocruz: 15-32.

Oliveira, Vanessa & Madeira, Lígia. (2021), “Judicialização da Política no Enfrentamento à COVID-19”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 35: 1-44.

Leituras complementares:

Maciel, Débora & Machado, Marta. (2018), “A Batalha do Aborto e a Nova Reação Conservadora no Brasil”. Marona & Del Ríó (orgs.). *Justiça no Brasil às Margens da Democracia*. Arraes Editores: 72-98.

Collins, Paul. (2017). “Interest Groups and the Judiciary”. Epstein & Lindquist (eds.). *The Oxford Handbook of U.S. Judicial Behavior*. Oxford University Press: 361-379.

Vasconcelos, Natália. (2020), “Solução do Problema ou Problema da Solução?” *Revista Estudos Institucionais*, 6, 1: 83-108.

Oliveira, Vanessa. (2019), “Caminhos da Judicialização do Direito à Saúde”. Oliveira (org.). *Judicialização de Políticas Públicas no Brasil*. Editora Fiocruz: 15-32.

Controle Judicial das Relações Federativas

Aula 12: 19/12/23

Roteiro: 1. Centralização, uniformização e estabilização. 2. Descentralização, experimentalismo e mudança. 3. Relações entre estados e União. 4. Relações entre executivo e legislativo nos estados. 5. Municípios.

Leituras obrigatórias

Canello, Júlio. (2019), *Judicializando a Federação?* Tese (ciência política). Iesp-Uerj: 131-165.

Glezer, Rubens *et al.* (2021), “O Mito da Jurisprudência Federalista Concentradora do STF”. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*, 15, 47: 83-111.

Leituras complementares:

Dantas, Andrea. (2020), “O STF como Árbitro da Federação” *Revista Direito GV*, 16, 2: 1-36.

Programa da Disciplina Judiciário e Política

Cronograma sintético do curso

Aula	Data	Tema
1	08/08	Apresentação
2	15/08	Tribunais Constitucionais: instituições contramajoritárias?
3	22/08	Modelos de Jurisdição Constitucional
4	29/08	Introdução ao Supremo
	05/09	<i>Feriado</i>
5	12/09	O Supremo: Instituição Contramajoritária?
A partir da 6ª aula, o conteúdo original da disciplina e o cronograma foram ajustados de acordo com as orientações oficiais da Coordenação de Curso e a data de encerramento do semestre letivo.		
6	07/11	Os “Supremáveis” e Processo de Nomeação dos Ministros
7	14/11	Onze Supremos?
8	21/11	Coalizões Judiciais
9	28/11	Teorias do Comportamento Judicial, Parte 1
10	05/12	Teorias do Comportamento Judicial, Parte 2
11	12/12	Acionamento e Lobby e Controle Judicial de Políticas Públicas
12	19/12	Controle Judicial das Relações Federativas
	09/01	<i>Prazo máximo para entrega do ensaio e da resenha</i>